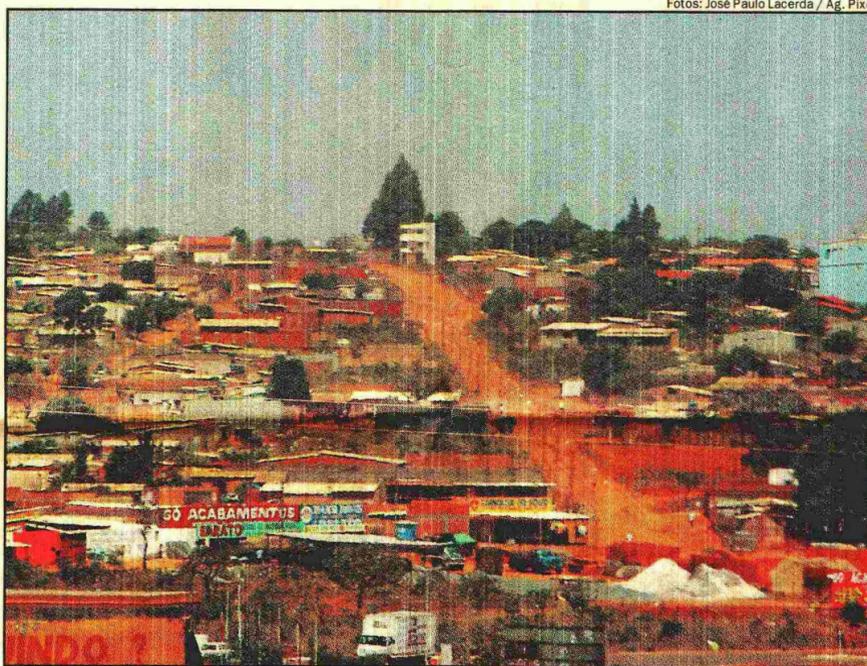


# Editorial

A qualidade de vida é definida como um conjunto de percepções e valores que atuam nas ações, objetivos e metas pessoais. Mas esse conceito, além de variar conforme os valores pessoais, sofre alterações em decorrência da geografia e das condições ambientais às quais estamos expostos; depende também do Estado, no que se refere às condições e oportunidades sociais promovidas pelo governo local. Possui, portanto, fatores internos e externos que variam de acordo com as pessoas e com as diferentes localidades. Para medir as variáveis que envolvem o que chamamos de qualidade de vida, foi criado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que analisa e quantifica as variáveis que interferem na qualidade de vida de uma comunidade. Esse índice abrange três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a

longevidade e a saúde física, o conhecimento adquirido e acessível, e o padrão de vida da população. Dentre as muitas variáveis utilizadas para o cálculo do IDH estão: expectativa de vida, alfabetização, escolaridade, renda per capita, educação, índice de pobreza, analfabetismo adulto, mortalidade infantil, índice de desemprego, idade populacional, crescimento anual da população, fertilidade feminina, acesso aos serviços e recursos (água potável, medicamentos, condições sanitárias, atendimentos médicos e etc), índice de desnutrição, epidemiologia populacional, além de gastos públicos nas áreas da saúde, educação, tecnologia, balança comercial, fluxos de capital privado, energia e meio ambiente, emissão de dióxido de carbono, número de armamentos e

refugiados, população economicamente ativa e participação política. Segundo o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil encontra-se em 65º lugar no ranking do IDH, apresentando um coeficiente igual a 0,777. No ano de 2003 esse índice representou o maior salto em desenvolvimento em comparação aos outros países, segundo a ONU, pois até o ano 2000 o IDH do Brasil era equivalente a 0,757. O Brasil tem qualidade de vida e sua capital é a prova disso. Além do Distrito Federal ser o primeiro no ranking do IDH dentre as cidades brasileiras, Brasília (com um IDH equivalente ao do país colocado em 2º lugar no ranking mundial) vem mostrar a todos que é possível, apesar das dificuldades, viver em paz, com saúde, educação, respeito, cidadania e finalmente, com qualidade de vida.



ENTORNO Águas Lindas de Goiás, um dos municípios da região

## O Dilema do Entorno

As contradições sócio-econômicas apresentadas e os desafios na administração do DF e Entorno

**D**urante os 43 anos de vida da capital, a região do Entorno do Distrito Federal cresceu de forma alarmante - cerca de quatro vezes mais, por ano, do que o crescimento populacional ocorrido no DF. Isso tem acarretado uma enorme pressão sob os serviços públicos da capital, em detrimento da qualidade e eficiência do atendimento. Segundo a vice-governadora do DF, Maria de Lourdes Abadia, é um desafio ter tamanhas diferenças num espaço geográfico tão pequeno, os maiores índices per capita, o maior IDH, convivendo com bolsões de miséria tão próximos ou até mesmo no próprio DF. "Estamos redirecionando as comunidades que viviam da subsistência para o trabalho e renda, ao invés de emprego e salário. Acho que essa é a nova ordem mundial, temos que rever os conceitos" analisa.

A região do Entorno apresenta complexidades de natureza social, econômica e política. São três estados, que juntos devem articular ações direcionadas para o benefício dessa população. São, ao todo, mais de 900 mil pessoas vivendo em situação completamente

distinta daquelas que habitam no Plano Piloto ou nos bairros Lago Sul e Lago Norte, mais especificamente, Brasília. São 22 municípios compondo na região do Entorno uma situação de renda média 70 vezes menor do que a renda média de Brasília. Com 19 municípios de Goiás e três do Estado de Minas Gerais o Entorno alcança 35 mil quilômetros quadrados de vulnerabilidade econômica e dificuldades sociais.

Com o objetivo de integrar as atividades produtivas desses municípios ao poder público, na busca de soluções para suas carências, foi criada em 1999 a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, com a implantação de programas e medidas em parceria com os governos dos estados vizinhos. Um deles é o Pró-Rural Social, lançado em abril de 2003, com a finalidade de incorporar as demandas desses pequenos produtores rurais do DF e dos municípios que compõe a RIDE e consolidar o setor rural, promovendo o homem no campo e reduzindo as desigualdades sociais entre

área rural e urbana. "Acredito que a RIDE pode contribuir para o aumento do IDH no Entorno, são R\$52 milhões para serem aplicados nos municípios da rede, todos já com sistema de esgoto tratado. Estamos trabalhando para a homogeneização da qualidade de vida", diz o secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agnaldo Lélis. Outro fator importante para o funcionamento da rede é a homogeneização das taxas e tarifas, que promove o intercâmbio comercial dos municípios sem pesar no bolso do pecuarista e do agricultor. Há ainda o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que beneficia 1750 agricultores familiares e promove a construção e recuperação de instalações, bem como equipa comunidades rurais com maquinarias diversas. "O turismo rural, por exemplo, como os hotéis fazenda, estão absorvendo aquelas pessoas que antes eram analfabetas e mal capacitadas. Hoje elas fazem rendas e bordados, doces, arranjos florais, artesanatos locais. Estamos redirecionando

comunidades que eram, até então, de subsistência e integrando em trabalho e renda", esclarece mais uma vez a vice-governadora do estado, Maria de Lourdes Abadia.

Para o sub-secretário de atenção à saúde, Mário Sérgio Nunes, a região do Entorno demanda um grande esforço por parte da rede pública. São cerca de seis milhões de procedimentos médicos, por ano, feitos na rede pública do DF para pessoas de outras unidades da federação. "Nos casos de parto e cesariana a migração do Entorno para cá chega a 100%" - salienta - "O que não pode ser feito nos postos de saúde locais vem para Brasília. O maior desafio é a grande demanda por conta das condições de vida da população do Entorno. É um desafio social, fruto do diferencial de renda que reflete na saúde. O segundo é a deterioração dos nossos instrumentais. Embora tenhamos muitos profissionais, equipamentos e instalações, a vida útil desses aparelhos acaba sendo curta. Ou seja, a cada ano temos que trocar os equipamentos, que são caros e nem sempre estão disponíveis" - observa o sub-secretário.